



26 DE JULHO DE 2016

Terça-feira

- EDITORIAL: BONS SINAIS NA ECONOMIA
- OPINIÃO: CHEGA DE DISCURSO DEFENSIVO, O PAÍS PRECISA DE ATITUDES PRÓ-CRESCIMENTO
- GOVERNO DO PARANÁ RECEBE COMITIVA DE EMPRESÁRIOS JAPONESES
- ENTREVISTA: AUMENTO DAS EXPORTAÇÕES E INVESTIMENTO PRIVADO EM INFRAESTRUTURA PODEM DESLANCHAR A ECONOMIA NESTE MOMENTO, AFIRMA REGIS BONELLI
- BRASIL FOI PAÍS QUE MAIS ABRIU INVESTIGAÇÕES ANTIDUMPING, DIZ OMC
- MÉDIA DIÁRIA DE EXPORTAÇÕES FICOU EM US\$ 727,4 MILHÕES NA 4ª SEMANA DE JULHO
- BRASIL FOI PAÍS QUE MAIS APLICOU BARREIRAS A IMPORTADOS, DIZ OMC
- CONFIANÇA DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO PERMANECE PESSIMISTA HÁ QUASE TRÊS ANOS, APONTA FIEP
- NÚMERO DE EMPRESAS INADIMPLENTES TEM ALTA ANUAL DE 12,3% EM JUNHO, DIZEM SPC/CNDL
- TRÊS BANCOS AUMENTAM TAXA DE CHEQUE ESPECIAL EM JULHO, DIZ PROCON-SP
- INDÚSTRIA CATARINENSE PROJETA INVESTIMENTOS DE R\$ 2,7 BI ATÉ 2018
- ABINEE APONTA MELHORA NAS EXPECTATIVAS PARA O SEGUNDO SEMESTRE
- MERCEDES-BENZ AINDA NÃO DETECTA SINAL DE SAÍDA DA CRISE
- MERCEDES-BENZ FIRMA PARCERIA COM TRUCKPAD
- RENAULT APROVEITA ANO DE OURO NA ÍNDIA E CRESCE COM KWID
- CIDA BORGHETTI DESTACA FORÇA DA ECONOMIA DO PARANÁ
- PETROBRAS VAI ABRIR PROGRAMA DE DEMISSÃO VOLUNTÁRIA PARA SUBSIDIÁRIAS
- SE RECEITAS FICAREM ABAIXO DO ESPERADO, IMPOSTOS PODEM SUBIR EM 2017, DIZ MEIRELLES
- MEIRELLES: SEM A ATUAL RETOMADA, RECESSÃO SERIA A MAIOR DA HISTÓRIA

- REFORMA DA PREVIDÊNCIA PODE INCLUIR FUNCIONALISMO PÚBLICO EM SISTEMA ÚNICO
- PADILHA: REFORMA DA PREVIDÊNCIA PODE DEFINIR TEMPO DE TRANSIÇÃO PARA REGIME ÚNICO
- REFORMA DA PREVIDÊNCIA JÁ ESTÁ SENDO CONDUZIDA E PASSA POR DIÁLOGO, DIZ CAETANO
- MERCADO REDUZ PROJEÇÃO PARA INFLAÇÃO NESTE ANO E VÊ LEVE PIORA DO PIB
- PARA ECONOMISTAS, GOVERNO TEM DE PARAR DE GASTAR COM BENESSES
- PARA O BC, AUMENTO DA CIDE SERIA PIOR CENÁRIO
- LATAM DIZ QUE NEGOCIA COM SINDICATOS PARA EVITAR DEMISSÕES NO BRASIL
- MPF PEDE QUE BANCOS NÃO FINANCIEM EMPREGADORES ENVOLVIDOS EM TRABALHO ESCRAVO
- EDITORIAL: A AMEAÇA DO IMPOSTO
- FINANÇAS APROVA REDUÇÃO DA BUROCRACIA PARA ABERTURA DE EMPRESA
- ANALISTAS RECOMENDAM CAUTELA NO USO DO FGTS EM CRÉDITO CONSIGNADO
- PARA COPOM, QUEDA DA INFLAÇÃO ESTÁ COM VELOCIDADE 'AQUÉM DA ALMEJADA'
- VENDAS DE COMBUSTÍVEIS CAEM 5,3% NO PRIMEIRO SEMESTRE, DIZ ANP
- UMA CIDADE À MERCÊ DA CRISE DO AÇO
- SIDERURGIA COMEÇA A RECONQUISTAR A BOLSA
- CARGILL PODE VENDER ÁREAS DE ENERGIA E METAIS

CÂMBIO		
EM 26/07/2016		
	Compra	Venda
Dólar	3,274	3,275
Euro	3,596	3,597

Fonte: BACEN

Editorial: Bons sinais na economia

26/07/2016 – Fonte: Gazeta do Povo

Desde que o Produto Interno Bruto (PIB) de 2014 estagnou e foi igual ao de 2013, enquanto a população aumentava em 1,8 milhão de pessoas, o Brasil vem colecionando sucessivos indicadores ruins e más notícias na economia. A explosão da

taxa de desemprego que deixou 11,4 milhões de pessoas sem trabalho, a queda acumulada do PIB em torno de 9% nos últimos três anos e a inflação que ultrapassou os dois dígitos e ficou em 11,67% no ano passado estão entre os indicadores negativos da grave recessão que acometeu o país.

O primeiro semestre deste ano caminhava para consolidar o quadro de crise e aprofundar a recessão, cujo indicador mais grave vinha da previsão de queda no PIB em torno de 3,8% sobre 2015. Para piorar o pessimismo, analistas nacionais e organismos internacionais projetavam o PIB de 2017 parando de cair, mas sem possibilidade de crescer.

Como elementos agravantes da recessão estavam duas outras crises igualmente graves: a complicada situação da presidente Dilma Rousseff e os efeitos da rede de corrupção revelada na Operação Lava Jato e outras similares.

Alguns fatos positivos começaram a ocorrer, a exemplo da elevação de preços internacionais de vários produtos exportados pelo Brasil, e alguns bons sinais começam a surgir no horizonte da economia, os quais, se não são capazes de operar milagres, estão apontando para alguma melhoria real do quadro macroeconômico a partir do segundo semestre.

A balança comercial (movimento de exportações e importações de mercadorias) apresentou saldo positivo de US\$ 23,7 bilhões no primeiro semestre e iniciou a reversão do déficit ocorrido em anos anteriores. A melhora das exportações e dos lucros dos exportadores abre possibilidade para expansão dos investimentos e do nível de emprego nos setores que vendem para o exterior.

A confiança geral no país vem melhorando e a recuperação da confiança do consumidor tem crescido nos últimos meses de forma sistemática, o que é importante para estimular a demanda de consumo e elevar o nível de investimento feito pelas empresas.

A previsão de queda no PIB de 2016 era de 3,8% no início do ano; agora está em torno de 3,3% e, para 2017, já se prevê um crescimento igual ou superior a 0,5%. Não é uma recuperação estrondosa, mas é o fim da recessão e o começo da recuperação em níveis superiores ao que se imaginava no início deste ano.

Para a inflação – que foi de 10,67% no ano passado, superando e muito a meta do Banco Central de 4,5% –, as previsões são de que ela pode ser inferior a 7% neste ano e convergir para a meta a partir de 2017. Os bons sinais se confirmarão se e quando a principal variável social, a taxa de desemprego, atingir melhoria substancial.

Se o número de pessoas ocupadas aumentar, a arrecadação tributária melhorará e haverá mais um efeito benéfico fundamental para o crescimento do país, que é a redução do rombo nas contas do setor público.

O déficit fiscal consolidado do governo está em nível elevado e é, atualmente, um dos principais problemas – sobretudo pelo efeito de elevar perigosamente a dívida pública –, cuja solução depende do aumento das receitas do governo, pois nada é mais difícil que a redução dos gastos públicos.

Esses sinais, ainda que sejam positivos, não permitem previsão sólida sobre o fim da recessão. Entretanto, representam um grande alento por agirem como um freio à derrocada da economia brasileira em níveis não vistos há muito tempo.

“Os bons sinais se confirmarão se e quando a principal variável social, a taxa de desemprego, atingir melhoria substancial”

Opinião: Chega de discurso defensivo, o país precisa de atitudes pró-crescimento

26/07/2016 – Fonte: Folha de S.Paulo



A economia brasileira tem uma tendência natural ao crescimento. É resistente e dinâmica, algo que se manifesta quando existem condições mínimas para impulsioná-la.

Nos últimos meses, as mudanças verificadas na área política e as previstas para a econômica trouxeram sopros de confiança que melhoraram indicadores de desempenho da economia real. Em diversos setores esse sopro foi sentido, notadamente na indústria.

Mas o germe de crescimento não pode ser sufocado. Ele precisa ser cultivado com alguns estimulantes, inclusive verbais. São escassos os pronunciamentos oficiais nesse sentido. Preocupa o fato de que o discurso oficial, tal qual ocorreu no início do ano passado, esteja circunscrito à questão das contas públicas.

Ainda que a política fiscal atual não seja tão rigorosa quanto parece –trabalha-se com um deficit primário de R\$ 170 bilhões para este ano, cerca de 3% do PIB–, as vozes em destaque são as da austeridade e do teto de gastos. No ano passado, a expressão única, repetida à exaustão, era "ajuste fiscal". Isso destruiu a confiança e deu no que deu.

Declarações sobre medidas para estimular o crescimento da economia e do emprego ficam para segundo plano. Deixam implícita a seguinte mensagem: vamos resolver a questão fiscal por enquanto e depois pensaremos nessa história de combate ao desemprego.

Não pode ser assim. As ações precisam ser concomitantes. Ao mesmo tempo em que se promove o ajuste das contas públicas, é possível propagar medidas para que a atividade econômica retome seu dinamismo.

Já estamos acostumados com a ideia de que o Banco Central deva ter uma única missão, o combate à inflação. Outros bancos centrais têm dupla missão, o combate à inflação e o cuidado com o emprego. Mas, vá lá, essa ideia não cola no Brasil.

Não é razoável, porém, que a falta de preocupação com crescimento e emprego contamine as demais áreas da administração pública. Em todas, sem exceção, é necessário ter um olho na gestão cuidadosa de recursos capturados na sociedade e outro no objetivo fundamental de proporcionar bem-estar à sociedade, algo que se alcança no curto prazo principalmente com expansão da atividade.

Há providências que podem ser tomadas desde logo, ao mesmo tempo em que se busca o controle das contas públicas, e, entre elas, algumas até podem ajudar no ajuste fiscal. A redução da taxa Selic, por exemplo, que pode ter impacto favorável no crédito, no consumo e no investimento, é uma dessas coisas óbvias, que de quebra ajudaria a reduzir a pesada conta de juros paga para sustentar a dívida pública. Acelerar novos programas de concessões e estimular os negócios na construção civil

também são ações que não comprometem o esforço de ajuste fiscal e combate à inflação.

Em maio de 1940, a França estava tomada pelos alemães, e Hitler sufocava a Inglaterra. Sob pressão, Churchill foi à Câmara dos Comuns, em Londres, e fez o famoso discurso em que pediu voto de confiança e prometeu "sangue, trabalho, suor e lágrimas", mas disse algo mais: "Vocês perguntam qual é o nosso objetivo? Posso responder com uma palavra, vitória".

O objetivo de qualquer país emergente é o crescimento. Chega de discurso defensivo. Atitudes pró-crescimento ajudam a criar um clima favorável à retomada. O momento é propício para isso, porque em muitos setores a economia parou de piorar. E precisa apenas de um empurrãozinho para pegar no tranco.

(Benjamin Steinbruch - É empresário, diretor-presidente da CSN, presidente do conselho de administração e 1º vice-presidente da Fiesp).

Governo do Paraná recebe comitiva de empresários japoneses

26/07/2016 – Fonte: Bem Paraná

A vice-governadora Cida Borghetti e o secretário do Planejamento, Cyllêneo Pessoa Pereira Júnior, receberam nesta segunda-feira (25), no Palácio das Araucárias, uma comitiva de empresários japoneses, formada por representantes de empresas já instaladas no Paraná e de empresas interessadas em investir no Estado. O grupo, liderado pelo ministro da Economia da embaixada do Japão no Brasil, Yoshitaka Hoshino, tratou de questões relacionadas às empresas.

Cida Borghetti disse que todas as demandas e solicitações serão analisadas e respondidas rapidamente.

“O governo do Paraná é aberto ao diálogo e tem todo interesse em fortalecer e expandir parcerias com as empresas japonesas”. O secretário do Planejamento afirmou que as empresas japonesas têm todo apoio do governo do Paraná.

“Queremos facilitar o entrosamento comercial entre os dois países”.

PARCEIRO COMERCIAL - O ministro Hoshino destacou que o Brasil é um dos maiores parceiros comerciais do Japão.

“O Paraná já tem mais de 20 empresas japonesas instaladas. Temos um ótimo relacionamento com o Governo do Estado. Um relacionamento que queremos deixar cada vez mais forte”.

Também participaram do encontro o deputado federal, Luiz Nishimori, o cônsul do Japão no Paraná, Toshio Ikeda, o presidente da Agência Paraná Desenvolvimento (APD), Adalberto Netto e representantes do Detran e da Secretaria da Segurança Pública.

ENTREVISTA: Aumento das exportações e investimento privado em infraestrutura podem deslançar a economia neste momento, afirma Regis Bonelli

26/07/2016 – Fonte: CNI

Ph.D. em economia, pesquisador da Fundação Getúlio Vargas ressalta que país também não pode mais adiar reformas para aumentar competitividade e garantir que a indústria recupere o espaço perdido na economia.

“

A indústria é fundamental porque é o locus de criação e difusão de tecnologia para o resto do sistema econômico. Quando o país tem uma indústria menor, tem um motor menos potente para mexer a máquina da produtividade e da inovação

Regis Bonelli
Ph.D. em economia e pesquisador da FGV

”



Com um currículo que reúne passagens por cargos de direção no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o Ph.D. em Economia pela University of California — Berkeley, Regis Bonelli, tem credibilidade para avaliar a situação econômica do país e a perda de participação da indústria na produção nacional.

Em entrevista à Agência CNI de Notícias, o pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (IBRE/FGV) afirma que a tendência é que a economia comece a melhorar, mas ressalta que a recuperação deve ser lenta até 2018, e que o país não pode abrir mão de fazer o ajuste fiscal, de promover as reformas necessárias e de investir em medidas de aumento da competitividade.

O especialista analisa ainda a perda de contribuição da indústria na economia nos últimos anos e suas consequências para o país. Entre 2005 e 2015, a participação da indústria de transformação no Produto Interno Bruto (PIB) caiu de 17,4% para 11,4%, em preços correntes.

AGÊNCIA CNI DE NOTÍCIAS - A participação da indústria brasileira no PIB despencou nos últimos anos. Esse processo é precoce ou acontece porque o país já completou o ciclo de desenvolvimento, como ocorreu em outros países?

REGIS BONELLI - Essa perda de participação é uma conjunção de vários fatores, vários deles relacionados entre si. De um lado tem o fato de que o Brasil tinha, em uma determinada fase de sua industrialização, uma indústria um pouco acima do que parecia justificável para os padrões de desenvolvimento econômico.

Mas isso foi corrigido, a abertura econômica contribuiu para que a indústria passasse a ter um tamanho relativo de acordo com o padrão internacional. Mas depois daí a queda continuou a ocorrer de forma acelerada, o que tem diversas implicações. Uma delas é que a indústria é pouco competitiva.

Quando falamos em competitividade da produção industrial, pensamos em três variáveis: salário nominal médio, taxa de câmbio e produtividade do trabalho. Quanto maior a produtividade, mais competitivo o país. Quanto maior o salário, menos competitivo é o país. Quanto mais valorizada a taxa de câmbio, menos competitivo o país.

Em sua história recente, o Brasil atravessou fases em que a taxa de câmbio esteve bastante valorizada. Por outro lado, os salários na economia pressionaram muito os custos e a produtividade deixou de crescer em 1997. Isso tudo fez a indústria perder competitividade e participação no PIB.

Paralelamente a tudo isso, as economias estão se movendo mais e mais na direção dos serviços. Por exemplo, estão aparecendo novos serviços que não existiam antes, como nas áreas de informação e entretenimento.

AGÊNCIA CNI DE NOTÍCIAS - Qual o impacto da perda de participação da indústria para a economia brasileira?

REGIS BONELLI - A indústria é fundamental porque é o lócus de criação e difusão de tecnologia para o resto do sistema econômico. Quanto se tem uma indústria menor, tem um motor menos potente para mexer a máquina da produtividade, da inovação.

A indústria nunca foi um setor muito empregador de mão de obra e os últimos 20 anos não são exceção. Como usa muita tecnologia, muito capital, tende a contribuir mais para a geração de valor adicionado do que para o emprego.

Exatamente porque usa tecnologia moderna e sofisticada é que tende a poupar mão de obra. Isso significa que a recuperação da indústria, quando vier, dificilmente vai contribuir para baixar consideravelmente os índices de desemprego.

Por outro lado, na produção a contribuição será vigorosa. Originalmente, nas décadas de 1960 e 1970, quando se falava em desindustrialização, calculávamos pelo emprego.

Hoje, no entanto, mede-se pelo PIB industrial em relação ao PIB total. Isso ocorre porque aceita-se que o emprego industrial tende a ser uma proporção cada vez menor do emprego total, pelo fato de a indústria usar tecnologias poupadoras de mão de obra no mundo inteiro.

Mas o que acontece aqui é que a própria produção industrial está indo muito mal. Não há uma causa única ou uma resposta fácil, por isso é difícil imaginar que uma bala de prata poderia resolver.

AGÊNCIA CNI DE NOTÍCIAS - Essa tendência de perda na participação pode ser revertida?

REGIS BONELLI - Parte desse movimento pode ser revertido. Com o câmbio mais próximo do lugar, é possível e provável que a indústria venha recuperar parte do terreno perdido. Não tudo, mas parte.

Mas para que esse movimento seja mais duradouro e não fique unicamente dependendo do nível da taxa de câmbio real, é preciso que a produtividade industrial aumente. Esse é o fator-chave. Todos os países bem-sucedidos em sua estratégia industrial tiveram ganhos de produtividade acentuados.

O Brasil não está tendo. Há 20 anos a produtividade da mão de obra da indústria vem diminuindo. Isso é uma âncora que segura a competitividade do país. Enquanto a gente não resolver essa equação da produtividade que não cresce, vai ser difícil retomar o crescimento da indústria de forma semelhante ao que já tivemos no passado, mesmo com o câmbio ajudando.

Ele só não está ajudando mais porque a economia está em recessão e o mundo está com uma situação de lento crescimento do comércio desde a crise de 2008.

AGÊNCIA CNI DE NOTÍCIAS - Falta ao Brasil uma política industrial eficaz?

REGIS BONELLI - A política industrial no Brasil sempre se notabilizou por privilegiar grupos e setores específicos. A política industrial deve agir onde existem falhas de mercado, onde o mercado não consegue resolver por si só as questões que são

colocadas. Toda política de intervenção deve ter um sentido, um propósito, e ser temporária para corrigir uma falha de mercado específica.

A política industrial deveria ser canalizada para aspectos que o mercado não cobre, como apoio à inovação tecnológica e investimentos em infraestrutura, que têm retorno social, mas nem sempre despertam interesse do setor privado. Nesses casos é preciso que o recurso público seja utilizado, porque o capital privado não entra.

AGÊNCIA CNI DE NOTÍCIAS - Quais devem ser as prioridades do governo neste momento?

REGIS BONELLI - Não dá mais para adiar as reformas tributária, previdenciária e trabalhista. É preciso fechar novos acordos comerciais, diminuir os juros e facilitar o ambiente de negócios.

Temos que ter uma preocupação com a eficiência econômica que, infelizmente, faltou nos últimos tempos. Há duas coisas que podem deslanchar a economia agora. Uma delas são as exportações e, a outra, é o investimento em infraestrutura. Tem que ter um programa muito bem desenhado para que possa atrair o setor privado e colocar a mola do crescimento para funcionar.

Não é fácil, porque o empresário só investe durante uma recessão se vir luz no fim do túnel. Mas certamente não teremos crescimento neste e nem no próximo ano, ao menos que algo que não está atualmente no radar aconteça.

Por outro lado, o próprio ajuste das contas públicas é contracionário, por isso a recuperação vai ser tão lenta. Mas tem que fazer. Ou faz o ajuste ou teremos um desastre, que é a alternativa pior. E, pensando a mais longo prazo, a melhoria da qualidade da educação no Brasil é o item principal da agenda de crescimento. Mas tem que começar a agir agora.

Brasil foi país que mais abriu investigações antidumping, diz OMC

26/07/2016 – Fonte: Agência Brasil

Relatório divulgado hoje (25) pela Organização Mundial do Comércio (OMC) revela que o Brasil foi o país que mais abriu investigações *antidumping* nos últimos três anos. Entre 2013 e 2015, foram iniciadas 112 investigações, 15% do total registrado para os países-membros do organismo internacional.

Segundo a OMC, as investigações não levam, necessariamente, à imposição de medidas restritivas ao comércio, mas são um indicador de provável alta das restrições. O *dumping* é a prática de exportar um produto a preço inferior ao praticado no país de destino. Já as medidas *antidumping* são maneiras de neutralizar a prática, considerada desleal, geralmente pela imposição de tarifas alfandegárias adicionais.

Apesar de concentrar o maior número de novas investigações *antidumping*, o Brasil registrou diminuição delas entre 2013 e 2015. Em 2013, foram 54 investigações iniciadas. Em 2014, o número caiu para 35 e, em 2015, atingiu 23.

O relatório aponta aumento das barreiras comerciais de forma generalizada entre os países-membros e conclui que é preciso "resistir às pressões protecionistas". Segundo o documento, assinado por Roberto Azevêdo, diretor-geral da OMC, as novas medidas restritivas ao comércio aumentaram de uma média de 15 por mês, na última medição, para 22 por mês. O número refere-se ao período de outubro de 2015 a maio de 2016, e é a maior média desde 2011.

Azevêdo divulgou o relatório durante o encontro do Órgão de Análise da Política de Comércio da OMC. Outra conclusão do levantamento é que os países-membros são lentos em eliminar as medidas restritivas ao comércio.

“Das 2.835 medidas restritivas ao comércio registradas para membros da OMC desde 2008 até este exercício, somente 708, ou 25%, haviam sido removidas até maio de 2016”, afirma o documento. O relatório pondera, no entanto, que, entre outubro de 2015 e maio deste ano, os países-membros adotaram uma média de 19 novas medidas por mês destinadas a facilitar o comércio.

Média diária de exportações ficou em US\$ 727,4 milhões na 4ª semana de julho

26/07/2016 – Fonte: Paraná Online

A média diária de exportações ficou em US\$ 727,4 milhões na quarta semana de julho, queda de 14,8% em relação à média de US\$ 853,3 milhões obtida até a terceira semana do mês, informou nesta segunda-feira, 25, o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. Já a média diária das importações ficou em US\$ 557,0 milhões, redução de 4% ante a média de US\$ 580,4 milhões registrada até a terceira semana.

Do lado das exportações, a queda da média diária foi disseminada entre as três categorias. O maior recuo ocorreu nos produtos básicos, cuja retração de 19% levou a média diária de vendas externas para US\$ 301,8 milhões. O comportamento negativo foi puxado, principalmente, por soja em grãos, petróleo em bruto, carnes de frango e bovina, farelo de soja e fumo em folhas.

Entre os manufaturados, a média diária de exportações caiu 14,2%, para US\$ 296,1 milhões na quarta semana de julho. O resultado foi provocado, principalmente, por plataforma para extração de petróleo, açúcar refinado, polímeros plásticos, autopeças e motores para automóveis. Já a média diária de exportações de produtos semimanufaturados recuou 4,1%, para US\$ 114,7 milhões no período, em razão de açúcar em bruto, semimanufaturados de ferro e aço, celulose, ouro em forma semimanufaturada e ferro.

Nas importações, a queda na média diária é explicada principalmente pela redução nos gastos com aparelhos eletroeletrônicos, químicos orgânicos e inorgânicos, adubos e fertilizantes, farmacêuticos e combustíveis e lubrificantes.

Análise mensal

A média diária das exportações no acumulado de julho (até a quarta semana) ficou em US\$ 813,8 milhões, crescimento de 1% em comparação à média diária de julho de 2015, quando o resultado havia ficado em US\$ 805,8 milhões.

No período, houve aumento de 13,8% na média diária de vendas externas de produtos semimanufaturados, para US\$ 118,1 milhões, por conta de itens como ferro fundido, açúcar em bruto, ouro em forma semimanufaturada, madeira serrada ou fendida, ferro-ligas, celulose e catodos de cobres.

Nos manufaturados, a média diária no acumulado de julho chegou a US\$ 329,8 milhões, alta de 13,4% ante a média em igual mês de 2015. Esse resultado foi puxado por plataforma para extração de petróleo, tubos flexíveis de ferro/aço, açúcar refinado, etanol, torneiras/válvulas, máquinas e aparelhos para terraplenagem, pneumáticos e veículos de carga.

Por outro lado, a média diária de vendas de produtos básicos caiu para US\$ 350,3 milhões no acumulado de julho, recuo de 10,7% ante o resultado de julho do ano passado. Essa redução é explicada principalmente pelo minério de cobre, milho em

grãos, café em grãos, minério de ferro, carne de frango, bovina e suína, soja em grãos e farelo de soja.

Em relação a junho deste ano, a média diária das exportações até a quarta semana de julho cresceu 6,9%, em virtude de aumentos nos resultados de manufaturados e semimanufaturados.

Nas importações, a média diária até a quarta semana, de US\$ 573,1 milhões, ficou 18,4% abaixo da média obtida em julho de 2015 (US\$ 702 milhões). Nesse comparativo, decresceram os gastos, principalmente, com adubos e fertilizantes (-34%), veículos automóveis e partes (-30,1%), farmacêuticos (-29,8%) e combustíveis e lubrificantes (-21,7%).

Na comparação com junho de 2016, a média diária de importações retrocedeu 1,3% por conta de farmacêuticos (-26,9%), equipamentos mecânicos (-20,8%), adubos e fertilizantes (-16,4%) e equipamentos elétricos e eletrônicos (-8,0%).

Brasil foi país que mais aplicou barreiras a importados, diz OMC

26/07/2016 – Fonte: Paraná Online

Nos últimos três anos, o Brasil foi o país que mais adotou barreiras antidumping contra produtos importados, somando 15% de todas as medidas restritivas estabelecidas pelas diferentes economias. Quem traz a constatação é o próprio diretor-geral da OMC, o brasileiro Roberto Azevedo e que, em seu informe publicado nesta segunda-feira, 25, apela para que governos abandonem as tentações protecionistas e "resistam" a planos de impor novas medidas.

Entre 2013 e 2015, 112 medidas antidumping foram iniciadas pelo Brasil. "Isso representa 15% de todas as investigações", apontou a OMC. A entidade, porém, admite que a tendência no País tem sido de queda. Em 2013, foram 54 investigações, contra 35 em 2014 e 23 em 2015. Ainda assim, o Brasil ficou na terceira posição no ano passado.

O governo brasileiro, por exemplo, iniciou metade de todos os casos de antidumping no setor de plásticos e borracha no mundo, com 57. Foram ainda 22 no setor de produtos químicos.

No período avaliado pela OMC, o segundo governo que mais medidas aplicou foi o dos EUA, com um total de cem investigações abertas. A terceira colocação ficou com a Índia, com 97 casos, seguida da Austrália, com 52 investigações. Nos últimos anos, um salto importante foi registrado ainda no Paquistão ou Tailândia.

Nesta segunda-feira, em um discurso perante os membros da OMC, Azevedo insistiu em pedir para que os governos "resistam às pressões protecionistas". "O informe mostra sinais preocupações na taxa de novas medidas restritivas ao comércio", disse.

Segundo ele, a média de novas medidas a cada mês é a maior desde 2011. "Esperamos que isso não seja um indicador do que está por vir e claramente precisamos agir", afirmou. No total, 154 medidas restritivas foram impostas no comércio mundial entre outubro de 2015 e maio deste ano.

Isso significou 22 novas barreiras por mês, bem acima das 15 mensais registradas em 2015. "No atual ambiente, o aumento de restrições comerciais é a última coisa que a economia global necessita", disse. Sua preocupação é que tal tendência possa ter um impacto negativo nos fluxos de comércio, com efeitos no crescimento da economia e na criação de postos de trabalho.

"Estamos vivendo um período de volatilidade econômica e baixa taxa de crescimento", disse. "O crescimento do comércio deve ficar abaixo de 3% em 2016, fazendo do ano o quinto consecutivo com uma expansão abaixo de 3%", alertou o brasileiro. "Salvo a recuperação imediatamente depois da crise financeira, esse é o nível mais fraco de crescimento de comércio em 30 anos. Essa situação exige nossa atenção e ação", insistiu.

Outra preocupação de Azevedo é quanto à retirada de medidas que eram consideradas como temporárias. Das mais de 2,8 mil restrições criadas pelos governos de 2008, apenas 25% delas foram suspensas. "Temos a preocupação relativa ao aumento dos estoques de medidas depois de 2008", disse o brasileiro. "O informe sugere que essa tendência pode estar continuando", alertou.

Segundo o levantamento, o estoque subiu em 11% no mesmo período. "Portanto, o número de medidas adotadas hoje é de pouco mais de 2,1 mil", constatou. No período avaliado entre o final de 2015 e maio de 2016, a OMC contou 132 barreiras retiradas por diferentes governos, em uma média de 19 por mês.

Trump

Para Azevedo, a melhor garantia contra o protecionismo é o fortalecimento do sistema multilateral do comércio. O recado foi dado um dia depois que Donald Trump, candidato à presidência dos EUA, indicou que, se eleito, poderia retirar o governo americano da OMC.

O brasileiro não comentou as declarações do americano. "Todos sabemos que fazer campanha e governar não são as mesmas coisas", disse o diretor de Comunicações da OMC, Keith Rockwell.

Confiança da indústria de Transformação permanece pessimista há quase três anos, aponta Fiep

26/07/2016 – Fonte: FIEP



Nível registrado, porém, é o segundo mais próximo da área de otimismo desde maio de 2014; expectativa da indústria está acima da registrada em julho do ano passado

A indústria de transformação paranaense continua pessimista. O Índice de Confiança da Indústria de Transformação do Paraná (ICT-PR), levantamento mensal feito pela Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Fiep) recuou 0,7 ponto neste mês de julho, na comparação com o mês anterior.

No patamar dos 45,8 pontos, se mantém na área do pessimismo. Com isso, já são 31 meses estagnados na região pessimista da avaliação. Na comparação com julho de 2015, porém, o indicador apresentou elevação de 14,9 pontos.

O alento para o setor é que o índice que mede a confiança do empresariado só perde, em proximidade à área de otimismo nos últimos 27 meses, para a pontuação registrada em junho deste ano, quando o indicador chegou a 46,5.

“O maior impacto negativo vem das expectativas das condições da economia, que apontou queda de quatro pontos”, avalia Roberto Zurcher, economista da Fiep.

Houve queda também no Índice de Condições, que recuou 2,7 pontos em julho, chegando a 33,7 pontos. Ainda que também tenha apresentado elevação de 10,6 sobre julho do ano passado, o índice segue na zona de pessimismo, este pela 43ª vez seguida.

Ainda que o cenário pareça desanimador, a expectativa do setor segue otimista. O Índice de Expectativas da indústria de transformação do Estado caiu 0,2 pontos no mês, ficando em 51,9 pontos. Esta é a segunda vez seguida que o indicador se mantém na área de otimismo desde abril de 2014. Se confrontado com o mesmo mês do ano passado, a elevação foi de 16,9.

“O índice de Expectativas é composto pelo índice de Expectativas da Economia (49,9 – ainda na área de pessimismo), e pelo índice de Expectativas da Empresa (53). O primeiro apresentou aumento de 6,4 pontos e o segundo, queda de -3,3 pontos em relação a junho”, explica Zurcher. Quando comparados com julho de 2015, há aumento de 26 e de 12 pontos, respectivamente, “o que evidencia melhoria nas expectativas da economia e nas da empresa em relação ao ano de 2015”, avalia.

Indústria da Construção

O humor da indústria da construção civil no Estado, medido pelo Índice de Confiança do Empresário da Construção (ICEC-PR), também recuou em julho. A queda foi de 2,7 pontos, ficando em 45,8 pontos. Com este resultado, já são 28 meses consecutivos na área de pessimismo.

O Indicador de Expectativas reagiu negativamente em julho, caindo 4,1 pontos na comparação com junho. Ainda assim, registra o segundo mês seguido no patamar de otimismo, com 51,9 pontos. Confrontado com o mesmo período do ano passado, o aumento é de 8,3 pontos.

Com um leve aceno para cima, o Índice de Condições subiu 0,4 pontos, não sendo suficiente para tirar o indicador da área de pessimismo; se comparado a julho de 2015, o indicador está 4,2 pontos acima.

Os indicadores de confiança da indústria de transformação e da indústria da construção variam no intervalo de 0 a 100. Valores acima de 50 pontos indicam empresários confiantes, melhores condições ou expectativas positivas para o setor.

Para os levantamentos na íntegra, acesse <http://www.fiepr.org.br/>

Número de empresas inadimplentes tem alta anual de 12,3% em junho, dizem SPC/CNDL

26/07/2016 – Fonte: Paraná Online

O número de empresas inadimplentes no Brasil subiu 12,34% em junho, na comparação com o mesmo mês do ano passado, segundo pesquisa divulgada nesta segunda-feira, 25, pelo Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil) e pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL). Já na comparação com maio deste ano, houve queda de 0,71%.

Enquanto isso, o número total de dívidas ligadas a essas empresas inadimplentes teve alta anual de 15,55% e queda mensal de 0,69% em junho.

"Nos últimos meses, tanto o número de empresas devedoras quanto o de pendências ligadas a estas empresas seguem em crescimento moderado, já que ambos os indicadores vêm mostrando desaceleração desde março de 2016. Apesar disso, as taxas de crescimento da inadimplência de pessoas jurídicas continuam sendo expressivas, o que reflete as dificuldades econômicas enfrentadas no País", afirma o presidente da CNDL, Honório Pinheiro.

Segundo ele, o aumento do desemprego, a inflação em patamares elevados e a baixa confiança dos consumidores e empresários afetam a capacidade de pagamento das empresas.

Para a economista-chefe do SPC Brasil, Marcela Kawauti, o crescimento da taxa de inadimplência ao longo de 2015 e 2016 demonstra o quanto o aprofundamento da recessão afetou as empresas. "A economia brasileira deteriorou-se rapidamente, o que impactou a renda das famílias e o faturamento das empresas", explicou.

Na divisão geográfica, o Nordeste foi a região com maior crescimento anual no total de empresas inadimplentes em junho (+14,31%), seguido do Centro-Oeste (12,69%), Sul (10,66%) e Norte (10,05%).

Já na variação mensal, a maior queda foi registrada no Norte (-1,67%), seguido do Sul (-0,86%), Centro-Oeste (-0,52%) e Nordeste (-0,40%). A região Sudeste não foi considerada devido à Lei Estadual nº 15.659 que vigora no Estado de São Paulo e dificulta a negativação de pessoas físicas e jurídicas no Estado.

Considerando-se os setores econômicos, o maior avanço interanual entre os devedores em junho se deu em Serviços (+14,98%), seguido da Indústria (12,35%), Comércio (12,22%) e Agricultura (7,13%).

Três bancos aumentam taxa de cheque especial em julho, diz Procon-SP

26/07/2016 – Fonte: Agência Brasil

Três entre sete instituições financeiras analisadas em pesquisa da Fundação Procon-SP elevaram a taxa de cheque especial em julho. A taxa média foi de 13,46% ao mês (a.m.), superior à do mês anterior, que foi de 13,37% a.m., representando uma alta de 0,09 ponto percentual.

As altas verificadas são no Banco do Brasil, que alterou de 12,40% para 12,61% a.m., o que significa uma variação positiva de 1,69% em relação à taxa de junho de 2016. O Bradesco alterou de 12,89% para 12,99% ao mês, uma variação positiva de 0,78%. A Caixa Econômica Federal alterou de 12,59% para 12,88% ao mês, variação positiva de 2,30%.

No caso de empréstimo pessoal, a taxa média dos bancos pesquisados foi de 6,56% a.m., superior à do mês anterior que foi de 6,48%, representando uma alta de 0,08 ponto percentual.

A única modificação nessa modalidade foi a do Banco Safra, que elevou de 5,40% a.m. para 5,90%, acréscimo de 0,50 ponto percentual, uma variação positiva de 9,26% em relação à taxa de junho.

De acordo com os especialistas da Fundação Procon-SP, é imprescindível que o consumidor tenha um bom controle financeiro, evitando contrair dívidas, pois as taxas de juros estão em patamares elevadíssimos, como comprova a pesquisa.

Indústria catarinense projeta investimentos de R\$ 2,7 bi até 2018

26/07/2016 – Fonte: CIMM

Cenário econômico afetou perfil e volume dos investimentos, mostra estudo da FIESC, que aponta projeção de R\$ 1,6 bilhão para 2016, valor 28% abaixo do realizado no ano anterior.

A indústria catarinense planeja investir R\$ 2,7 bilhões entre os anos de 2016 e 2018. Para o ano atual, o valor previsto é de R\$ 1,6 bilhão, o que representa um recuo de 28% sobre o realizado em 2015. Mesmo assim, o aporte de 2016 deve gerar 2,7 mil empregos.

Os dados integram a publicação Panorama e Perspectivas dos Investimentos da Indústria Catarinense - 2015 a 2018, lançada nesta sexta-feira (22), pela Federação das Indústrias de Santa Catarina (FIESC), com o apoio do BRDE.

Para 2016, os setores que projetam maiores investimentos são os de máquinas, aparelhos e materiais elétricos (R\$ 599 milhões), produtos alimentícios (R\$ 469 milhões) e celulose e papel (R\$ 213 milhões).



O presidente da FIESC, Glauco José Côrte, disse que, na média, a opinião dos industriais é que o pior já passou. “Nos últimos dois meses a situação não piorou em relação aos meses anteriores.

A demanda está baixa, mas o índice de confiança na economia tem melhorado mês a mês. Nossa avaliação é que mais para o final do ano devemos ter uma posição um pouco mais definida e encerrar o ano, talvez, já com uma curva de crescimento.

Quando a pesquisa foi realizada, as incertezas econômicas e políticas eram muito maiores do que são hoje. O último dado sobre o índice de confiança já foi melhor”, avaliou.

Contudo, ele alertou que enquanto não for definida a situação política e realizado o encaminhamento de medidas na área econômica e de estímulo ao investimento, certamente, ainda haverá uma retração.

“Mas, a tendência é de melhora substancial e de retorno gradativo dos investimentos”, finalizou Côrte.

O diretor do BRDE, Neuto Fausto de Conto, disse que a crise também oferece oportunidades e exige reflexão dos cidadãos e dos empresários na busca de soluções. Ele informou que, atualmente, o capital do banco é de R\$ 1 bilhão, sem considerar os fundos. "Com isso, temos recursos suficientes para fomentar a economia, principalmente a indústria catarinense", declarou, lembrando que o banco está presente nos 295 municípios do Estado.

Além das 2,7 mil vagas de 2016, outras 3,3 mil estão programadas para 2017 e 2018, totalizando 6 mil novos postos durante o período avaliado. Desse total, 4 mil serão abertos em Santa Catarina e 2 mil fora do Estado.

O segmento alimentar será responsável por 1,8 mil novas vagas e o de material eletrônico, aparelhos e equipamentos de comunicação revelou uma expectativa de geração de 1,5 mil empregos com os investimentos até 2018.

A conjuntura afetou o perfil dos investimentos, mostrando que os industriais estão buscando ajustar as operações de suas empresas melhorando a gestão.

Houve redução nos percentuais das empresas que pretendem adquirir máquinas e equipamentos (de 63% para 48%), realizar atualização tecnológica (de 54% para 39%) e ampliar a capacidade produtiva (de 51% para 28%).

O estudo mostra que, no ano passado, o setor produtivo catarinense fez investimentos da ordem de R\$ 2,1 bilhões. O valor ficou dentro do previsto para 43% das indústrias, enquanto 35% delas não realizaram a totalidade dos investimentos planejados para o ano.

Outros 8% investiram em 2015 mais do que o previsto inicialmente. Dados divulgados pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) mostram realidade semelhante. Cerca de 42% das indústrias brasileiras investiram o previsto no ano passado, enquanto 46% fizeram aportes parciais, 8% cancelaram e 4% adiaram para 2016.

Outros indicadores

A indústria catarinense encerrou 2015 com queda de 7,9% em sua produção e declínio de 12% nas vendas, em termos reais. Foram fechados 36 mil postos de trabalho no segmento de transformação e 8 mil na construção civil.

O menor poder aquisitivo da população, o desequilíbrio das contas públicas, diminuindo sua capacidade de investimento, a alta da inflação e as elevadas taxas de juros foram alguns dos fatores que, conjugados, abalaram a confiança do industrial na economia.

Este indicador fechou 2015 em 36,3 pontos. Neste ano, contudo, o índice vem apontando para melhora na perspectiva com a economia, chegando a 46,9 pontos em julho, embora ainda esteja negativo (a partir de 50 pontos o índice aponta confiança).

Apesar dos problemas conjunturais e estruturais do país, os empresários enumeraram alguns pontos positivos que podem favorecer as atividades em 2016: abertura de novos mercados, perspectivas de mudanças políticas, combate à corrupção, taxa de câmbio favorável às exportações, substituição de produtos importados por nacionais e oportunidades no agronegócio, entre outros.

A pesquisa Investimentos da Indústria Catarinense 2015-2018 ouviu 110 empresas do Estado entre os meses de fevereiro e abril de 2016.

Abinee aponta melhora nas expectativas para o segundo semestre

26/07/2016 – Fonte: CIMM

Sondagem da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee) indicou que 42% das empresas do setor eletroeletrônico esperam crescimento das vendas no segundo semestre. Segundo o levantamento, 33% das indústrias consultadas indicaram queda e 25%, estabilidade.

“Há muito tempo não víamos as indicações de crescimento superarem as de queda. Ainda não há o que se comemorar, mas é um primeiro passo para sairmos do atoleiro em que fomos colocados”, diz o presidente da Abinee, Humberto Barbato.

A reversão de expectativas também se reflete na avaliação anual. Nas pesquisas de abril e maio realizadas pela Abinee, a expectativa de queda era maior que a de crescimento. Esta situação se inverteu na sondagem de junho, com 43% das empresas projetando crescimento em 2016, e 35%, retração.

Vendas e encomendas

Segundo a sondagem da Abinee, aumentou de 27% para 39% o percentual de empresas que verificou crescimento nas vendas e encomendas no mês de junho em relação a igual mês do ano passado; ao mesmo tempo em que reduziu o percentual de empresas que observou queda, passando de 57% para 45%, nas últimas duas pesquisas.

Ao comparar com o mês imediatamente anterior, 43% indicaram crescimento; 24% apontaram estabilidade e 33%, queda.

Mercedes-Benz ainda não detecta sinal de saída da crise

26/07/2016 – Fonte: Automotive Business

A **Mercedes-Benz**, líder do mercado brasileiro de caminhões, aponta que ainda é cedo para esperar recuperação da demanda por veículos comerciais. No primeiro semestre as vendas de caminhões encolheram 32% no Brasil.

Apesar de ter aumentado a participação no período para 30%, a empresa ainda não aposta em alívio nas condições duras da economia. “Eu sou otimista, mas ainda não há sinal consistente de que a crise tenha chegado ao fim”, afirma Ari de Carvalho, diretor de vendas e marketing de caminhões da companhia.

Segundo ele, além da queda do volume de vendas, a companhia administra o impacto do aumento dos custos com a inflação e alta dos insumos, valores que não podem ser repassados ao cliente neste momento. “Hoje vendemos caminhões com preços de 2009. A relação entre receitas e custos está muito desequilibrada”, avalia o executivo.

Por enquanto, Carvalho não arrisca traçar um prazo para a recuperação das vendas, que na opinião dele seguem afetadas pela crise política e econômica, que ainda não tem solução. Ainda assim, ele enfatiza que o potencial do mercado brasileiro de caminhões supera o momento atual.

“A Mercedes-Benz está há 60 anos no Brasil e já passamos por diversas crises aqui. Elas terminam em algum momento e, se não chegamos ao fundo do poço, estamos muito perto dele. Falta um componente significativo que indique o fim deste ciclo de contração”, diz.

Mercedes-Benz firma parceria com TruckPad

26/07/2016 – Fonte: Automotive Business



A Mercedes-Benz firmou parceria com a TruckPad, plataforma que conecta motoristas com a demanda por frete em uma espécie de Uber do transporte de carga. O aplicativo promete poupar tempo e tornar mais eficiente o trabalho do motorista, que não precisa ficar se deslocando atrás de carga.

A colaboração foi anunciada durante a Feira do Caminhoneiro, que aconteceu entre 23 e 25 de julho em Guarulhos (SP). A empresa aproveitou o evento para oferecer o novo Actros para test drive.

"Com o TruckPad temos a chance de estar em contato direto com o condutor, de mandar as nossas comunicações ou enviar pesquisas, por exemplo", diz Ari de Carvalho, diretor de vendas e marketing de caminhões da montadora.

Ele destaca a consistente base de usuários da plataforma, com mais de 230 mil caminhoneiros cadastrados e 8 mil empresas. "Quase todos os motoristas usam smartphones ou tablets e, nas paradas, podemos entrar em contato com eles com esta nova ferramenta."

O executivo conta que a Mercedes-Benz foi procurada pela empresa e logo se interessou pela parceria. "Nem chegamos a abrir concorrência ou procurar outras companhias que oferecem serviços semelhantes. De cara já gostamos muito da proposta", conta Carvalho. Segundo ele, a montadora trabalha para acompanhar as mudanças na comunicação e estar mais próxima dos clientes, com páginas ativas nas redes sociais.

"O TruckPad é uma plataforma não só para transmitir informação, como para emitir. É uma ferramenta de inteligência, que vai nos permitir entender o cliente e oferecer ao caminhoneiro o que ele precisa", aponta.

Renault aproveita ano de ouro na Índia e cresce com Kwid

26/07/2016 – Fonte: Automotive Business



O setor automotivo está vivendo seu ano de ouro na Índia: no primeiro semestre, as vendas de veículos cresceram 11% na comparação com igual período do ano passado,

ao totalizar mais de 1,5 milhão de unidades, de acordo com dados da SIAM, associação que reúne as fabricantes locais, citados pela consultoria Focus2Move.

E quem mais está se beneficiando deste momento é a Renault, que acaba de lançar no país o seu mini SUV Kwid: o modelo já é o 5º mais vendido em junho e 7º do semestre, com quase 9,5 mil unidades. Este volume fez com que a montadora registrasse aumento de 172% dos negócios em junho e de 170% no acumulado dos seis primeiros meses do ano.

No total, o mercado indiano absorveu 222,7 mil carros novos em junho, fazendo deste o 20º mês consecutivo de alta na venda de veículos, com crescimento de 2,7% sobre junho de 2015, embora o índice tenha sido menor que os dois meses imediatamente anteriores.

O relatório da Focus2Move aponta que a economia indiana deu um salto no último trimestre de 2015, embora ainda continue a ser prejudicada pela queda das exportações, o que diminuiu em parte o investimento fixo local. Além disso, as preocupações com a metodologia de medição do PIB têm levado a diversos analistas a acreditar que o crescimento está sendo superestimado.

Apesar disso, a briga entre as marcas está cada vez mais acirrada. Das dez primeiras colocadas do ranking, metade registrou queda nas vendas acumuladas entre janeiro e junho – caso de Chevrolet (GM), Honda, Tata (tradicional marca local), Toyota e Volkswagen. A Maruti, subsidiária da Suzuki no país, segue na liderança do mercado local, com mais de 46% de participação nas vendas, seguida pela Hyundai, com 17,2%.

O maior crescimento é da Renault, graças ao Kwid, SUV de entrada que será produzido no Brasil e com lançamento previsto para este segundo semestre.

Veja abaixo as 10 marcas mais vendidas no 1º semestre na Índia e os modelos mais vendidos:

Rank June	Rank H1 2016	Brand	Sales June	Sales H1 2016	Var June	Var H1 2016	Share June	Share H1 2016
1	1	Maruti	92.133	655.733	-10,2%	5,3%	41,4%	46,3%
2	2	Hyundai	39.806	243.441	9,7%	8,7%	17,9%	17,2%
3	3	Mahindra	15.688	121.490	10,0%	17,6%	7,0%	8,6%
7	4	Honda	11.407	79.432	-37,9%	-22,4%	5,1%	5,6%
6	5	Renault	11.837	61.895	172,7%	170,1%	5,3%	4,4%
5	6	Tata	12.509	61.746	21,7%	-16,0%	5,6%	4,4%
4	7	Toyota	13.567	61.171	29,7%	-15,1%	6,1%	4,3%
8	8	Ford	9.465	41.898	109,1%	30,5%	4,2%	3,0%
10	9	Volkswagen	4.022	20.750	-0,4%	-13,3%	1,8%	1,5%
11	10	Chevrolet	1.951	14.690	-35,9%	-32,6%	0,9%	1,0%

Fonte: Focus2Move

Rank June	Rank H1 2016	Model	Sales June	Sales H1 2016	Var June	Var H1 2016	Share June	Share H1 2016
1	1	Maruti Alto	15.750	117.056	-25,4%	-15,6%	7,4%	8,5%
2	2	Maruti Dzire	15.560	98.577	-28,8%	-13,9%	7,3%	7,2%
4	3	Maruti Wagon R	11.962	82.046	-9,5%	0,1%	5,6%	6,0%
6	4	Maruti Swift	9.033	81.105	-47,9%	-25,2%	4,2%	5,9%
3	5	Hyundai Grand i10	12.678	62.949	41,3%	16,3%	5,9%	4,6%
7	6	Hyundai i20	8.990	61.062	-17,1%	-7,8%	4,2%	4,4%
5	7	Renault Kwid	9.459	48.146			4,4%	3,5%
10	8	Maruti Baleno	6.967	47.355			3,3%	3,4%
9	9	Hyundai Creta	7.700	45.605	369,2%	2377,2%	3,6%	3,3%
12	10	Maruti Celerio	5.797	42.861	-28,2%	16,8%	2,7%	3,1%

Fonte: Focus2Move

Cida Borghetti destaca força da economia do Paraná

26/07/2016 – Fonte: Bem Paraná

A vice-governadora do Paraná, Cida Borghetti, destacou nesta segunda-feira (25) o bom ambiente para negócios e o ciclo de industrialização ocorrido nos últimos anos no Estado. "Com o programa Paraná Competitivo criamos as condições e a segurança para os empresários investirem e gerarem empregos e renda. Consolidamos o Paraná como a quarta maior economia e como o segundo Estado mais competitivo do País", disse.

Cida Borghetti participou da entrega do prêmio Personalidade Aecic 2016, concedido ao advogado João Casillo, um dos mais respeitados profissionais em direito empresarial do Paraná e do Brasil. O encontro promovido pela Associação das Empresas da Cidade Industrial de Curitiba (Aecic) reuniu mais de 100 empresários da Capital e Região Metropolitana.

De acordo com a vice-governadora, o advogado é uma referência para as novas gerações de juristas e estudiosos do direito. "O doutor João Casillo assessorou empresas nacionais e multinacionais que se instalaram em todas as regiões do Paraná, elaborando a base jurídica e dando uma contribuição fundamental ao nosso desenvolvimento e crescimento econômicos", afirmou.

O título foi concedido a ele devido à participação ativa e incentivadora no projeto de formação da Cidade Industrial de Curitiba, o marco da industrialização do Paraná.

Para Casillo, as empresas são o setor produtivo da sociedade. "É do empreendimento que nascem duas coisas fundamentais, o trabalho e os impostos. Se pararem as empresas, para a máquina estatal", ressaltou.

Segundo o presidente da Aecic, Nelson Roberto Hubner, Casillo foi parceiro e orientador de vários empresários em sua trajetória profissional. "Reconhecemos a participação do doutor Casillo na consolidação da Aecic. Uma homenagem profissional e pessoal que fortalece ainda mais nossa associação", afirmou.

Também acompanharam o evento o ministro da Saúde, Ricardo Barros; o secretário de Infraestrutura e Logística, José Richa Filho; o presidente da Junta Comercial do Paraná, Ardisson Naim Akel; o deputado federal Takayama, o prefeito de Curitiba, Gustavo Fruet, e a vice-prefeita Mirian Gonçalves; o presidente da Fecomércio, Darci

Piana; o presidente do BRDE Orlando Pessuti; o reitor da Universidade Federal do Paraná, Zake Akel Sobrinho, além de vereadores, representantes e lideranças locais. TRAJETÓRIA - João Casillo é nascido em Ribeirão Preto, São Paulo, advogado, desde 1967, doutor em direito pela PUC/SP e professor com passagens por grandes instituições de ensino brasileiras e internacionais.

Autor de vários livros, entre eles Erro como Vício da Vontade e Dano à Pessoa e sua Indenização, Casillo é atuante em Direito Comercial, contratos, advocacia bancária administrativa e judicial.

Petrobras vai abrir programa de demissão voluntária para subsidiárias

26/07/2016 – Fonte: Gazeta do Povo



A Petrobras planeja um Plano de Demissão Voluntária (PDV) para a BR Distribuidora, que será estendido aos funcionários de todas as subsidiárias colocadas à venda. O plano já foi aprovado pela diretoria executiva, mas ainda depende de aval do conselho de administração. A medida reforça a estratégia da companhia de reduzir seu tamanho.

Será o segundo PDV realizado pela petroleira só este ano. Com o primeiro, a companhia espera desligar até 12 mil funcionários e economizar R\$ 33 bilhões em quatro anos. Desde dezembro de 2013, antes da Operação Lava Jato, a Petrobras já cortou mais de 150 mil postos de trabalho, entre funcionários próprios, terceirizados e também empregados da construção civil em suas obras. Hoje, a companhia trabalha com 276 mil empregados, sendo apenas 78 mil próprios. Há três anos, o total chegava a 440 mil.

A decisão de abrir um novo PDV para as empresas a serem vendidas foi informada pelo diretor de Refino e Gás Natural, Jorge Celestino Ramos, em comunicado interno. De acordo com o documento, o programa “será automaticamente lançado em todos os ativos que venham a ser objetos de parceria ou desinvestimento”.

Se receitas ficarem abaixo do esperado, impostos podem subir em 2017, diz Meirelles

26/07/2016 – Fonte: Gazeta do Povo



O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, admitiu nesta segunda-feira (25), após fazer palestra sobre reforma fiscal na Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan), em um evento promovido pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), que se

necessário o governo pode fazer "aumentos pontuais de impostos" em 2017, caso as receitas públicas fiquem aquém do esperado no ano que vem.

"Vamos analisar primeiro as receitas públicas previstas para ocorrer no ano que vem e o possível ingresso de recursos com privatizações, concessões e outorgas. Se necessário, em último caso, nós faremos aumentos pontuais de impostos que sejam de fato, de verdade, temporários, porque a carga tributária é muito elevada. Temos até dia 31 de agosto para apresentar a proposta do orçamento", disse.

O ministro afirmou, porém, que nada indica que a queda de arrecadação de tributos no Brasil vai continuar nessa trajetória que tem sido verificada nos últimos anos. Ele citou indicadores antecedentes da atividade econômica, como confiança dos agentes econômicos, que já indicam uma retomada da economia.

"Os indicadores antecedentes já mostram o final da recessão e o início da retomada. Portanto, já prevemos retomada também da arrecadação. Temos mais algum tempo, algumas semanas para verificar a evolução desses itens. Se necessário, sim, faremos aumentos pontuais. Mas apenas se necessário. Porque é possível que não seja necessário", afirmou.

Segundo o ministro, o Congresso tem enviado mensagens positivas sobre a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) do controle de gastos públicos, que limita o avanço das despesas à inflação do ano anterior, sem crescimento real e afirmou que a reforma da Previdência Social está "em ritmo avançado"

"Temos que fazer as coisas com segurança o mais rápido possível. Temos sim muita pressa na aprovação da emenda constitucional do controle de gastos. Estamos recebendo do Congresso mensagens muito positivas nesse sentido e a nossa expectativa é que a reforma da previdência, que também está em ritmo avançado de estudos e de negociações, seja apresentada tão logo quanto possível", disse o ministro.

Ele citou como mudanças na Previdência o estabelecimento de idade mínima para se aposentar e regras de transição para os que já estão no mercado de trabalho. Meirelles também afirmou que a União pode abater dívidas dos estados, se houver uma folga na meta de déficit fiscal de R\$ 170,5 bilhões.

"O compromisso do governo federal é com déficit da União de R\$ 170,5 bilhões, caso haja algum aumento de previsão do déficit federal, o governo tomará todas as medidas necessárias para cumprir esse déficit. A questão do resultado dos estados foi endereçada de uma negociação dura e bem-sucedida. Vamos aguardar como isso se desenrola, inclusive, eventuais prorrogações das liminares do Supremo e com a aprovação do projeto de lei da renegociação da dívida dos estados nos próximos meses", disse.

O ministro afirmou, porém, que não espera que haja uma folga nessa previsão de déficit primário.

"Não espero necessariamente que haja uma folga. Caso de fato o fundo do poço já tenha sido atingido, caso, como os indicadores antecedentes mostram, nós tenhamos uma recuperação da atividade nos próximos meses, caso haja uma recuperação da receita e, neste caso, haja uma folga, o que depende de fato de uma recuperação forte da economia, aí sim nós usaremos dessa provisão legal, que diz que o governo federal pode, em caso de folga, compensar o aumento de déficit dos estados", afirmou.

Cumprimento de contratos e obrigações da gestão Dilma

Meirelles defendeu que o governo interino do presidente Michel Temer precisa cumprir contratos assinados na gestão anterior, da presidente afastada Dilma Rousseff.

Segundo ele, um calote em acordos firmados antes da troca de comando no país poderia afetar a confiança.

“O governo anterior assinou diversos acordos com diversos segmentos do setor público. E é importante que governo cumpra acordos assinados. No momento que você começa a dar calote, você começa a perder confiança”, avaliou Meirelles.

O ministro acrescentou que as despesas com subsídios concedidos no governo Dilma também foram importantes para elevar os gastos públicos. No entanto, como o governo federal já reduziu as operações de subsídios, essa despesa passará a ter queda nominal ao longo do tempo, previu.

“Em 2010, o governo federal gastava R\$ 10 bilhões com pagamentos de subsídios. Esse ano, a conta de subsídios será de R\$ 30 bilhões, porque ainda estaremos pagando subsídios concedidos por bancos públicos em anos anteriores”, explicou Meirelles.

O ministro declarou ainda que, para o ajuste e equilíbrio estrutural das contas públicas, é necessária a aprovação do teto nos gastos e a reforma da Previdência. No curto prazo, nos próximos dois ou três anos, Meirelles destacou que há espaço para o teto dos gastos começar a valer sem mexer imediatamente nas despesas com o INSS.

Segundo Meirelles, o governo Temer está pagando várias despesas atrasadas do governo anterior, da presidente afastada Dilma Rousseff. Segundo ele, o movimento é incompatível com a necessidade de realizar o ajuste fiscal, mas é necessário honrar os pagamentos.

As contas em atraso vão desde aluguel de embaixada brasileira no exterior até obras realizadas e fornecedores de equipamentos para as Forças Armadas. “A maneira de solucionar tudo isso (o ajuste nas contas públicas) não é atrasar contas, isso só gera maus hábitos”, defendeu Meirelles no evento.

Meirelles: sem a atual retomada, recessão seria a maior da história

26/07/2016 – Fonte: Paraná Online

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, afirmou nesta segunda-feira, 25, que a recuperação da atividade econômica, que já aparece em indicadores antecedentes, evitará que a recessão atual por que passa o Brasil seja a maior da história. Mesmo assim, já será a maior desde 1930 e 1931, quando o País enfrentava a Grande Depressão, iniciada com a quebra da bolsa de Nova York, em 1929.

"Se não houvesse esta retomada, da qual já estamos vendo antecedentes e deve ocorrer, (a recessão) seria a maior da história brasileira. Essa retomada que estamos vendo para os próximos trimestres evita que seja a maior da história, mas ainda será a maior desde 1931", afirmou Meirelles, na saída de seminário promovido pela Fundação Getulio Vargas (FGV), na sede da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan).

Em entrevista a jornalistas, Meirelles repetiu sua palestra de pouco antes, demonstrando confiança na aprovação da proposta de emenda constitucional (PEC) que cria um teto para os gastos públicos e de uma reforma da Previdência, que deve tornar a idade mínima obrigatória e valer já, com regras de transição para quem está próximo de se aposentar.

Meirelles ressaltou que o governo não tem como transformar um déficit de R\$ 170 bilhões, como o previsto para este ano, em superávit num período de dois anos. Segundo ele, o superávit tem que ser sustentável.

O governo já iniciou o desenho de securitização e venda de ativos, e o BNDES terá papel importante de estruturador de projetos de privatização. Segundo Meirelles, o País pode retomar o crescimento em 2017. "Há motivos suficientes para ser otimista. Todos querem transformar o Brasil numa economia desenvolvida", declarou.

Reforma da Previdência pode incluir funcionalismo público em sistema único

26/07/2016 – Fonte: Gazeta do Povo



O ministro da Casa Civil, Eliseu Padilha, afirmou nesta segunda-feira, 25, que, no projeto para a Reforma da Previdência que o governo pretende apresentar até o fim do ano, estão incluídos estudos sobre um tempo de transição para o regime único.

"O presidente Michel Temer, quando expusemos a ele as primeiras ideias, pediu que fizéssemos um estudo para ver se não é possível nesse momento, mesmo que a gente tenha uma transição longa, mas de caminhar para um regime único", afirmou, após receber uma medalha da aeronáutica pelo trabalho executado para a aviação nacional.

Padilha, que foi ministro da Secretaria da Aviação Civil do governo da presidente afastada Dilma Rousseff, afirmou ainda que o grupo de trabalho formado pela Casa Civil, Planejamento, Fazenda, Trabalho e Desenvolvimento Social, está dedicado a mapear quais seriam as variáveis e qual seria o tempo de transição para esse regime único.

"Temos que ver apenas como se atinge o direito, a aquisição do direito à aposentadoria. Mas tem solução. Muitos países já fizeram isso. O Brasil seguramente também poderá fazer", afirmou. "O certo é que a voz foi do presidente. Ele pediu um estudo, ainda está feito."

Durante o fim de semana, Padilha usou sua conta no Twitter para comentar a Reforma da Previdência. Ele destacou o pedido de Temer ao grupo de trabalho e afirmou que é "impostergável" a realização da reforma.

"Estamos chegando aos 80 anos e não nos preparamos para dar dignidade aos idosos", disse. "A Reforma da Previdência é de interesse de cada um e de todos os brasileiros. Seu debate está acima de qualquer entidade", completou.

Padilha destacou o déficit de 2015 com a previdência de R\$ 86 bilhões, disse que a previsão em 2016 é de déficit de R\$ 140 bilhões e, em 2017, de R\$ 180 bilhões. "Em breve, não caberá no Orçamento Geral da União", afirmou. O ministro ressaltou que "quem já tiver direito à aposentadoria não sofrerá nenhuma mudança ou prejuízo."

Padilha: reforma da Previdência pode definir tempo de transição para regime único

26/07/2016 – Fonte: Paraná Online

O ministro da Casa Civil, Eliseu Padilha, afirmou nesta segunda-feira, 25, que, no projeto para a Reforma da Previdência que o governo pretende apresentar até o fim do ano, estão incluídos estudos sobre um tempo de transição para o regime único.

"O presidente Michel Temer, quando expusemos a ele as primeiras ideias, pediu que fizéssemos um estudo para ver se não é possível nesse momento, mesmo que a gente tenha uma transição longa, mas de caminhar para um regime único", afirmou, após receber uma medalha da aeronáutica pelo trabalho executado para a aviação nacional.

Padilha, que foi ministro da Secretaria da Aviação Civil do governo da presidente afastada Dilma Rousseff, afirmou ainda que o grupo de trabalho formado pela Casa Civil, Planejamento, Fazenda, Trabalho e Desenvolvimento Social, está dedicado a mapear quais seriam as variáveis e qual seria o tempo de transição para esse regime único.

"Temos que ver apenas como se atinge o direito, a aquisição do direito à aposentadoria. Mas tem solução. Muitos países já fizeram isso. O Brasil seguramente também poderá fazer", afirmou. "O certo é que a voz foi do presidente. Ele pediu um estudo, ainda está feito."

Durante o fim de semana, Padilha usou sua conta no Twitter para comentar a Reforma da Previdência. Ele destacou o pedido de Temer ao grupo de trabalho e afirmou que é "impostergável" a realização da reforma.

"Estamos chegando aos 80 anos e não nos preparamos para dar dignidade aos idosos", disse. "A Reforma da Previdência é de interesse de cada um e de todos os brasileiros. Seu debate está acima de qualquer entidade", completou.

Padilha destacou o déficit de 2015 com a previdência de R\$ 86 bilhões, disse que a previsão em 2016 é de déficit de R\$ 140 bilhões e, em 2017, de R\$ 180 bilhões. "Em breve, não caberá no Orçamento Geral da União", afirmou. O ministro ressaltou que "quem já tiver direito à aposentadoria não sofrerá nenhuma mudança ou prejuízo."

Reforma da previdência já está sendo conduzida e passa por diálogo, diz Caetano

26/07/2016 – Fonte: Paraná Online

O secretário da Previdência Social do Ministério da Fazenda, Marcelo Caetano, afirmou que a reforma da previdência passa por um processo de diálogo com a sociedade, que já estaria sendo conduzido pelo atual governo do presidente interino Michel Temer.

"É uma reforma que tem uma economia política por trás, uma ciência política, e, em função disso, é importante que antes que se venha apresentar a reforma, ela passe por um processo de diálogo com a sociedade. Isso tem sido feito com representantes da Casa Civil, de trabalhadores, da sociedade como um todo", declarou Caetano, em seminário promovido pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), na sede da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan).

Segundo o secretário, enquanto as mudanças não são efetivamente conduzidas, é possível trabalhar com medidas que não resolvem o problema, mas que permitem alguns avanços.

"A gente observa problemas de auxílio-doença de longa duração, que não passam por revisão judicial. Então algumas mudanças de eficiência de gestão podem ser implementadas. Claro que não vai resolver a questão, mas pode obter avanços. Então estamos enfrentando essa questão", afirmou.

O secretário citou ainda a previdência complementar para estados e municípios que tenham desejo de aderir. "Vários estados e municípios têm desejo de implementar a previdência complementar, mas enfrentam problemas de escala", defendeu.

Em relação à reforma da Previdência, Caetano lembrou que haverá distintas regras para contribuintes em condições de se aposentar, contribuintes considerados em faixa de transição, e trabalhadores mais jovens. Segundo ele, se a reforma for feita para as gerações futuras, os impactos mais intensos serão sentidos daqui a cerca de 30 a 35 anos.

"Uma reforma voltada para a geração futura a gente só vai ter um impacto um pouco mais sentido lá na década de 2040, um pouco antes", disse ele.

Mercado reduz projeção para inflação neste ano e vê leve piora do PIB

26/07/2016 – Fonte: Bem Paraná

As projeções para a atividade econômica neste ano sofreram leve piora, enquanto a estimativa para a inflação melhorou em 2016 e 2017, segundo o Boletim Focus, divulgado nesta segunda-feira (25). A pesquisa semanal do Banco Central com economistas e instituições financeiras projetou leve piora para o PIB (Produto Interno Bruto) neste ano. A estimativa passou de queda de 3,25% para retração de 3,27%.

Em 2017, a previsão de crescimento de 1,10% foi mantida. Nesta segunda-feira, o ministro Henrique Meirelles (Fazenda) afirmou, em entrevista à Folha de S.Paulo, que, se o Congresso não aprovar a criação de um teto para os gastos públicos, o país precisará um preço alto, traduzido por ele como novas rodadas de aumento de impostos e juros mais altos por longo período, o que travará o crescimento.

Ele disse ainda que cumprirá a meta de fechar o ano com deficit de R\$ 170,5 bilhões, apesar da alta de despesas e da queda das receitas que levaram o governo a rever projeções na semana passada. O boletim Focus desta semana mostrou queda da projeção para a inflação em 2016 e 2017.

A previsão é que o IPCA termine o ano em 7,21%, ante 7,26% na pesquisa passada. A estimativa para 2017 recuou levemente, passando de 5,30% para 5,29%. A melhora ocorre apesar de dados divulgados pelo IBGE que mostram que a inflação resiste em ceder.

A prévia da inflação se manteve pressionada em julho, afetada pelos preços de alimentos e bebidas. O IPCA-15 foi de 0,54% em julho, acima do registrado em junho (0,40%), mas abaixo do mesmo mês do ano passado (0,59%).

A projeção para a taxa básica de juros (Selic) foi mantida em 13,25% neste ano e em 11% em 2017, após o Banco Central decidir, por unanimidade, manter o juro básico em 14,25% na mais recente reunião do Copom (Comitê de Política Monetária).

"Tomados em conjunto, o cenário básico e o atual balanço de riscos indicam não haver espaço para flexibilização da política monetária." Essa foi a primeira reunião sob o comando de Ilan Golfajn e da nova diretoria do Banco Central. Para a taxa de câmbio, a projeção recuou de R\$ 3,39 para R\$ 3,34 neste ano e se manteve em R\$ 3,50 em 2017.

26/07/2016 – Fonte: Paraná Online

Diante de indicadores que reforçam a persistente queda na arrecadação e o crônico aumento da dívida pública, os economistas esperam do governo em exercício mais rigor na implementação e na cobrança do ajuste fiscal.

Em outras palavras: que seja mais duro na contenção de gastos e na busca de alternativas para elevar as receitas.

Na avaliação do economista Affonso Celso Pastore, da A. C. Pastore e Associados, não basta ter uma equipe econômica competente e um diagnóstico correto sobre para onde ir - e tudo isso, ele ressalta, o governo em exercício tem.

"É preciso ser capaz de seguir politicamente adiante na adoção de medidas enérgicas e o problema é que temos vistos sinais que não são nada favoráveis - alguns eu posso entender, outros não", diz.

Pastore lembra que o governo deu aos Estados uma carência maior na renegociação de suas dívidas, movimento que ele considera "uma ação política inteligente", na medida em que, ao dar mais carência aos Estados, a União pode cobrar que eles fiquem engajados no corte de gastos.

Já os aumentos para servidores, por sua vez, são incompreensíveis para Pastore: "Eu não consigo entender, não é explicável, por nenhum aspecto, a não ser que haja uma lógica que seja muito superior à minha capacidade de entendimento".

Pastore afirma que apesar de os analistas de mercado financeiro terem ressaltado nas últimas semanas que o Brasil pode atrair uma nova leva de investimentos, não há nada no curto e médio prazo que referende a retomada do crescimento, pelo contrário: o desemprego ainda pode subir, a renda vai cair mais, o consumo não se recuperou, os bancos continuam pisando no freio e não liberam crédito.

"A recessão está no fim, mas não há um indicador mostrando que a retomada do crescimento será rápida, pelo contrário, tende a ser lenta", diz.

Receitas

O economista Felipe Salto reforça a necessidade de estancar gastos. "O governo precisa parar de gastar com as benesses e agilizar a adoção de medidas que possam melhorar as receitas", diz Salto.

Entre as alternativas que ele defende estão a securitização das dívidas da União, que, nos seus cálculos, pode arrecadar cerca de R\$ 55 bilhões, bem como a revisão de contratos de prestação de serviços do governo federal. Segundo Salto, numa avaliação dos preços nos últimos 10 anos, o valor de contratos firmados com o setor público ficou cerca de 40% acima do de contratos similares assinados entre partes exclusivamente privadas.

"Dá trabalho rever, mas fizemos a conta e dessa revisão pode sair de R\$ 10 bilhões a R\$ 12 bilhões", diz ele.

Salto também diz que é preciso encarar os fatos em relação à questão tributária: "É demagogia dizer que não vai elevar impostos: o ajuste também precisa ser feito pelo lado da receita e elevar impostos faz parte no atual cenário, caso contrário, não vamos conseguir deter a trajetória de alta da dívida tão cedo".

Para o BC, aumento da Cide seria pior cenário

26/07/2016 – Fonte: Paraná Online

O presidente do Banco Central, Ilan Goldfajn, já se movimenta dentro e fora do governo para impedir a elevação da Cide, tributo que incide sobre os combustíveis. O jornal **O Estado de S. Paulo** apurou que Ilan tem alertado que essa é a pior alternativa entre os impostos que podem ser elevados para garantir o cumprimento da meta fiscal este ano e em 2017.

Depois de se comprometer a colocar a inflação no centro da meta de 4,5% em 2017, o BC não quer que a alta da Cide interfira nessa estratégia no momento que o Comitê de Política Monetária (Copom) precisa recuperar credibilidade. Procurado, o BC não se pronunciou sobre o assunto.

Atualmente, a cada litro de gasolina comprado, o consumidor paga R\$ 0,10 de Cide. Dependendo do aumento, a contaminação do IPCA poderá ser maior do que o estimado pelo mercado financeiro. Além disso, como boa parte das despesas do governo é corrigida pela inflação, o impacto negativo do aumento dessa contribuição nas contas públicas poderá custar mais do que a arrecadação com a elevação do tributo.

"Trata-se de um imposto (contribuição) difuso, de impacto imediato e resistente", disse uma fonte do BC à reportagem. Segundo a fonte, esses são os três pontos que mais afligem o banco neste momento em relação à possibilidade de a proposta da Cide vingar. A avaliação é que a Cide é uma contribuição que é imediatamente repassada para o consumidor, o que gera inflação de forma rápida.

Além disso, como está atrelada aos combustíveis, permeia toda a cadeia produtiva. Os alimentos, por exemplo, que têm apresentado uma elevação por questões setoriais nos últimos meses, agora poderão sofrer também com um carregamento de alta de preços, que é alheia ao segmento. Por fim, trata-se de uma pressão que é permanente e que não abre espaço para uma redução de preços a posteriori.

Para garantir o cumprimento da meta fiscal, o governo tem como estratégia aumentar os tributos. Além da Cide, uma cesta de possibilidades está em discussão, entre elas, o IOF. Mas a ala política do governo avalia que é preciso esperar o fim das eleições municipais para tomar a decisão.

Refresco

Desde que assumiu o comando do BC, Ilan tem obtido um "refresco" do mercado financeiro. Ontem, conseguiu ancorar, pela primeira vez, as estimativas dos analistas do setor privado para 2018. Agora, os profissionais acreditam que o IPCA fechará o ano em 4,5%, que é a meta perseguida pelo BC neste e nos demais dois anos.

As previsões de 2019 e 2020 já estavam em 4,5% e, como de costume, as melhoras das expectativas ocorrem do período mais longo para o mais recente. As projeções para a inflação do ano que vem estão em 5,29%, também abaixo da taxa de 5,50% prevista há um mês, de acordo com o Relatório de Mercado Focus.

O mesmo boletim apresentou uma queda na expectativa para o IPCA deste ano, que deve ficar em 7,21%, e não mais em 7,26% como dizia na semana passada.

Para a atividade, porém, houve piora das projeções. O Produto Interno Bruto (PIB) deve recuar 3,27% em 2016 - a edição anterior do boletim citava retração de 3,25%. A perspectiva de recuperação da atividade no ano que vem se manteve em 1,10%. O mercado financeiro não alterou suas previsões para o comportamento da Selic no fim deste e do próximo ano.

Latam diz que negocia com sindicatos para evitar demissões no Brasil

26/07/2016 – Fonte: R7

A Latam está negociando com o sindicato de empregados para evitar demissões de pilotos e comissários de bordo da companhia no Brasil, disse a empresa à Reuters.

Mais cedo nesta segunda-feira, o blog O Antagonista afirmou que a TAM (nome antigo da divisão brasileira da Latam), prepara a demissão de 200 pilotos e 400 comissários. No comunicado enviado à Reuters, a Latam afirmou que "está em negociações com o sindicato justamente para evitar possíveis desligamentos", sem dar mais detalhes.

A Latam é a segunda maior operadora de voos domésticos no país, com 34,96 por cento, segundo dados de junho divulgados na semana passada pela associação que representa o setor no país, Abear.

A Latam lidera o mercado de voos internacionais, com 81,7 por cento das viagens internacionais a partir do Brasil, contando apenas empresas do país.

MPF pede que bancos não financiem empregadores envolvidos em trabalho escravo

26/07/2016 – Fonte: R7



A PFDC (Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão), ligada ao MPF (Ministério Público Federal), recomendou que os bancos públicos não realizem operações de financiamento ou empréstimos para empregadores flagrados e autuados pela prática de submissão de trabalhadores a condições análogas à de escravo.

A recomendação data do início do mês após pedido à Procuradoria Federal em Rondônia, mas foi divulgada nesta segunda-feira (25) e é dirigida ao Banco do Brasil, da Amazônia, à Caixa Econômica Federal e ao BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social).

No documento, a Procuradoria pede que os bancos adotem procedimentos administrativos para rescindir os contratos com os empregadores que constam da chamada "lista suja" do trabalho escravo.

A recomendação foi motivada após investigações que identificaram, em Rondônia, que empregadores já autuados por prática de trabalho escravo conseguiram acesso à linhas de créditos subsidiadas por bancos públicos. Para a Procuradoria, o objetivo é reforçar o fato da fiscalização ter constatado a existência de trabalho escravo na propriedade ou empresa deve ser suficiente como condicionante para negativa do crédito público.

— Se um cidadão desprovido de riquezas materiais, mas que não tenha cometido qualquer ato ilícito perante o direito interno e internacional, não pode acessar crédito por não possuir renda ou patrimônio, muito menos lógico que o Estado proporcione crédito a quem possivelmente pratica condutas vedadas pelo ordenamento jurídico e socialmente repudiadas, tanto na seara nacional quanto internacional.

A peça é assinada pela procuradora da PFDC, Deborah Duprat, e o procurador regional dos Direitos do Cidadão em Rondônia, Raphael Bevilaqua.

O MPF também quer que os bancos peçam aos empregadores (pessoa física ou jurídica) que queiram empréstimo e cujo nome não conste na lista suja declaração “firmada pelo próprio pretendente do crédito de que não foi flagrado e autuado pelo Ministério do Trabalho e Emprego pela prática de submissão de trabalhadores a condições análogas à de escravo”.

A recomendação também diz que as instituições financeiras devem adotar a prática de incluir nos “contratos de financiamento concedidos a todos os tomadores de empréstimos com recursos públicos ou subsidiados pelo Poder Público cláusulas que prevejam a rescisão imediata do contrato no caso do empregador venha a ser flagrado e autuado pelo Ministério do Trabalho e Emprego, pela prática de submissão de trabalhadores a condições análogas à de escravo, sem prejuízo de outras sanções cabíveis”.

Editorial: A ameaça do imposto

26/07/2016 – Fonte: Folha de S. Paulo

A recessão de que o país luta para sair, a situação medonha das contas estatais e a escalada do desemprego fazem latejar no limiar do suportável o nervo exposto da carga tributária. Não há a menor tolerância, na sociedade, com hipótese de novos ou maiores tributos.

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, pressionou de forma intencional o ponto nevrálgico na entrevista que esta **Folha** publicou segunda-feira (25). Em tom de ameaça, disse que não haverá alternativa a aumentar impostos caso o Congresso rejeite emenda constitucional que fixa a inflação do ano anterior como teto para o crescimento da despesa pública.

A dicotomia, entretanto, poderá revelar-se falsa e evidenciar que o ministro não fora de todo franco ao brandi-la. O mais provável, na situação presente de desequilíbrio fiscal, é que o Planalto venha a necessitar de ambos os instrumentos —cortar gastos, com ou sem teto, e ainda elevar tributos— para romper o nó górdio que estrangula a economia brasileira.

A limitação ao crescimento da despesa, se vier, produzirá efeitos apenas de 2018 em diante. Antes haverá que fechar as contas de 2017, e o próprio Meirelles admite a possibilidade de aumentos pontuais de impostos para cumprir a meta de manter o deficit em R\$ 139 bilhões no ano que vem.

A decisão, diz a Fazenda, virá até o fim de agosto, quando o governo deve apresentar a lei orçamentária para 2017. Parece contar com receitas incertas da repatriação de recursos no exterior e de concessões de infraestrutura à iniciativa privada para afastar o abalo que um aumento de impostos traria à expectativa com o governo provisório de Michel Temer (PMDB).

Até aqui, a política econômica aparenta estar mais voltada a assegurar estabilidade política ao presidente interino do que a um verdadeiro esforço pelo equilíbrio fiscal.

Em nome da transparência e do realismo, catapultaram-se para a estratosfera as previsões de deficit. Mas a medida serve também para acomodar todas as benesses que Temer vem prodigalizando às corporações públicas, com aumentos de despesas nos vários Poderes, e lançá-las na conta da presidente afastada, Dilma Rousseff (PT).

Afora intervenções cosméticas como reduzir o número de ministérios, nada de concreto se viu por ora em matéria de corte nos gastos. Meirelles argumenta que a trajetória de expansão da dívida pública só será interrompida com medidas de alcance estrutural, como o teto, criando assim condições para a queda sustentável da taxa de juros.

É fato. Mas caberia ser mais realista quanto à probabilidade de que elevar tributos também se mostre decisivo para chegar lá.

Finanças aprova redução da burocracia para abertura de empresa

26/07/2016 – Fonte: Contábeis.com



A Comissão de Finanças e Tributação aprovou, no último dia 13, o Projeto de Lei (PL) 3687/12, do deputado Irajá Abreu (PSD-TO), que busca reduzir a burocracia na abertura de empresas no Brasil.

O texto autoriza a Receita Federal a firmar convênios com os conselhos regionais de Contabilidade para criar um banco de dados de contabilistas. A ideia é que esses profissionais fiquem habilitados a inscrever empresas por meio eletrônico, sem uso de papel, no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) e no cadastro único de contribuintes.

Inicialmente, o relator, deputado João Gualberto (PSDB-BA), apresentou parecer pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas e, no mérito, pela rejeição. Porém, este parecer foi rejeitado pela comissão.

O deputado Lelo Coimbra (PMDB-ES) foi designado relator do vencedor e emitiu parecer pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas e, no mérito, pela aprovação.

“A medida é simples, segura e extremamente necessária para desburocratizar o processo de abertura de empresas no País”, disse.

O parecer do deputado João Gualberto passou a constituir voto em separado.

Tramitação

A proposta tramita em caráter conclusivo e será analisada pelas comissões de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Analistas recomendam cautela no uso do FGTS em crédito consignado

26/07/2016 – Fonte: G1

A permissão para que o trabalhador do setor privado possa oferecer até 10% do saldo de seu Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) como garantia em um empréstimo consignado (com desconto na folha de pagamento), além de 100% da multa por demissão sem justa causa, é positiva para os bancos, segundo análise da agência de classificação de risco Moody's.

Para analistas, porém, a medida não é necessariamente boa para os trabalhadores do setor privado, que estariam abdicando de poupança (que seria obtida em um momento de maior fragilidade, como a demissão sem justa causa) para fazer uma dívida no sistema financeiro (*leia mais abaixo*). A vantagem da operação, em teoria, é que os juros cobrados pelos bancos seriam menores.

A primeira vez que se ouviu falar sobre o assunto foi em janeiro deste ano, quando o antigo ministro da Fazenda, Nelson Barbosa, informou que a proposta partiu de "representantes do mercado financeiro". A Federação Brasileira de Bancos (Febraban) foi procurada pelo **G1**, mas não quis se manifestar sobre o assunto.

A medida, proposta pela equipe econômica da presidente afastada Dilma Rousseff, foi aprovada pela Câmara e pelo Senado e promulgada neste mês.

Para Copom, queda da inflação está com velocidade 'aquém da almejada'

26/07/2016 – Fonte: G1

O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central, colegiado responsável por fixar os juros básicos da economia, avaliou, por meio da ata de sua última reunião, que o processo de queda da inflação no Brasil "tem procedido em velocidade aquém da almejada" e acrescentou que o "balanço de riscos" indica não haver espaço para corte de juros.

Na semana passada, o Copom manteve a taxa básica de juros da economia estável em 14,25% ao ano, o maior patamar em dez anos na reunião foi a primeira comandada pelo novo presidente do BC, Ilan Goldfajn. O BC tem informado que buscará atingir a meta central de inflação de 4,5% em 2017 - o que, segundo analistas, pressupõe um atraso maior no processo de queda dos juros.

"Alguns membros do Comitê esperam que os efeitos desinflacionários do nível de ociosidade idade na economia ainda possam vir a se manifestar de maneira mais intensa", acrescentou o Copom, por meio da ata de sua última reunião, divulgada nesta terça-feira (26).

O Banco Central também avaliou, no documento, que "há riscos de curto prazo para a inflação no Brasil". "A elevação recente nos preços de alimentos pode se mostrar persistente, dado o processo de transmissão dos preços do atacado para o varejo. Em contrapartida, o período sazonalmente favorável pode contribuir para uma reversão rápida desses preços", acrescentou.

A taxa de juros é o principal mecanismo usado pelo BC para controlar a inflação. Ao subir os juros ou mantê-los elevados, o BC encarece o crédito. O objetivo é reduzir o consumo no país para conter a inflação que tem mostrado resistência. Entretanto, os juros altos prejudicam a atividade econômica e, conseqüentemente, inibem a geração de empregos.

Persistência da inflação

O Banco Central também observou, na ata da última reunião, que "períodos prolongados de inflação alta e expectativas acima da meta, como na experiência brasileira recente, tendem a reforçar mecanismos inerciais [de carregamento da inflação passada para o presente e futuro] e tornar o processo de desinflação mais lento e custoso".

"Nesse contexto, uma maior persistência inflacionária requer uma persistência maior da política monetária [de definição dos juros para conter as pressões inflacionárias]", explicou o Banco Central.

Acrescentou que, por outro lado, o processo contínuo de "distensão do mercado de trabalho" (aumento do desemprego) e a "desaceleração significativa da atividade

econômica" (forte recessão) podem, a princípio, produzir uma "desinflação mais rápida (por exemplo, no setor de serviços) do que a refletida nas expectativas de inflação medidas pela pesquisa Focus e nas projeções condicionais produzidas pelo Copom".

Expectativas para o IPCA

O Copom lembrou que a previsão do mercado para o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) deste ano está em 7,25%, bem acima da meta central de 4,5% e também superior ao teto de 6% do sistema de metas para este ano, e que a estimativa para 2017 estava por volta de 5,3% - também acima do objetivo central de 4,5% fixado para o ano que vem.

"O Comitê deve procurar conduzir a política monetária [de definição dos juros para conter a alta dos preços] de modo que suas projeções de inflação, inclusive no cenário de mercado, apontem inflação na meta nos horizontes relevantes [cerca de 24 meses]", informou o Banco Central, por meio da ata do Copom.

Ajuste nas contas públicas

A autoridade monetária avaliou também que o "processo de implantação dos ajustes necessários na economia", inclusive de natureza fiscal (por meio do controle de gastos públicos), apresenta-se, ao mesmo tempo, como um "risco e uma oportunidade para o processo desinflacionário [queda da inflação] em curso".

"Os riscos se apresentariam caso houvesse percepção de que os ajustes seriam abandonados, ou postergados significativamente. Nesse cenário, o processo desinflacionário tenderia a ser mais lento, aumentando os custos de levar a inflação para a meta", avaliou o Copom, por meio da ata de sua última reunião.

Por outro lado, acrescenta o Banco Central, os ajustes necessários na economia "podem ser aprovados e implementados de forma mais célere [rápida], permitindo ganhos de confiança e queda das expectativas de inflação". Acrescenta que, nesse caso, a "redução de incertezas potencializaria os efeitos do ajuste monetário [alta do juro para conter a inflação] em curso".

Para tentar reequilibrar as contas públicas, o governo propôs ao Congresso Nacional a instituição de um teto para os gastos públicos nos próximos 20 anos, que poderiam avançar somente de acordo com a variação da inflação do ano anterior. O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, não tem descartado subir tributos para tentar melhorar as contas públicas.

"Todos os membros do Comitê enfatizaram que a continuidade dos esforços para aprovação e implementação dos ajustes na economia, notadamente no que diz respeito a reformas fiscais, é fundamental para facilitar e reduzir o custo do processo de desinflação", avaliou o Copom, por meio da ata de seu último encontro.

Vendas de combustíveis caem 5,3% no primeiro semestre, diz ANP

26/07/2016 – Fonte: Folha de S. Paulo



As vendas de combustíveis caíram 5,3% no primeiro semestre, segundo dados publicados nesta segunda (25) pela (ANP) Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural

e Biocombustíveis. A retração foi puxada pela queda no consumo de óleo diesel, de 5,1%, na comparação com o mesmo período de 2015.

De acordo com os dados da ANP, as distribuidoras de combustíveis venderam 66,532 bilhões de litros de combustíveis no primeiro semestre de 2016, o menor número para o período desde 2013 (66,019 bilhões de litros).

As vendas de diesel, combustível que sofre mais efeitos da crise econômica, foram de 26,666 bilhões de litros. Foi o menor volume desde 2012, quando o país consumiu 26,403 bilhões de litros do combustível no primeiro semestre.

A queda nas vendas de diesel reflete a desaceleração econômica e a menor necessidade de geração de energia por termelétricas. As importações do produto, que sempre tiveram peso na balança comercial brasileira, caíram 18,8% no primeiro semestre de 2016, atingindo o menor volume desde 2009: 3,389 bilhões de litros.

Houve queda relevante também nas vendas de etanol, que ficaram 15,4% menores no primeiro semestre de 2015, refletindo o aumento de preços do combustível. Por outro lado, as vendas de gasolina registraram leve alta, de 0,8%.

O mercado de querosene de aviação também sentiu a crise e caiu 8,8% nos primeiros seis meses de 2016.

Uma cidade à mercê da crise do aço

26/07/2016 – Fonte: Inda

Em meio à recessão, a crise da indústria do aço atingiu em cheio a economia da região onde ela nasceu, no Médio Paraíba, sul do Estado do Rio. Um retrato disso pode ser visto no Cine 9 de Abril, em Volta Redonda, maior cidade da região, com 263 mil habitantes.

As escadas que dão acesso à sala ficam sob um vão sustentado por pilotis, numa clássica construção da década de 50, auge dos cinemas de rua. Na quinta-feira, o abrigo da chuva e do sol atraía um grupo de trabalhadores em busca de emprego.

O número de desempregados por ali pode chegar a dezenas em alguns dias, segundo Eli de Souza Fernandes, aposentado cuja esposa dirige o restaurante no mezanino do cinema.

Desempregados não faltam. De janeiro a maio, foram fechadas 7 mil vagas de emprego formal nas cidades da região, segundo dados do Ministério do Trabalho e Previdência Social. Setenta anos após a inauguração da Usina Presidente Vargas, da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), a dependência da indústria do aço segue relevante na região.

Em Volta Redonda foram cortados 3,9 mil postos de trabalho até maio, 41% deles nas atividades de siderurgia e metalurgia, segundo dados levantados pelo Observatório de Estudos do Rio de Janeiro da UFRJ.

De janeiro a junho, a CSN cortou 757 postos na usina de Volta Redonda – reflexo da situação financeira da companhia, que saiu de um lucro de R\$ 1,6 bilhão no ano passado para um prejuízo de R\$ 831 milhões no primeiro trimestre deste ano.

Depois de sete anos na CSN, o técnico em eletroeletrônica Evanyr Rodrigues Ferreira, de 26 anos, pediu para ser incluído no corte mais recente. Já estava sem motivação. “E se a gente trabalha desmotivado, o risco de acidente é maior”.

O peso dessa indústria na economia local amplia o efeito cascata. Sozinha, a usina da CSN emprega cerca de 10 mil funcionários diretos e outros 7 mil em terceirizadas. O economista Mauro Osório, do Observatório de Estudos do Rio de Janeiro da UFRJ, destaca que um dos problemas da economia fluminense é a pouca densidade das cadeias. "A estrutura produtiva do Rio é oca", diz Osório.

O Médio Paraíba ilustra isso. A região sedia usinas siderúrgicas, que produzem aço bruto, e, mais recentemente, um polo automotivo, que usa o aço acabado para produzir caminhões e carros, mas tem poucas fábricas de produtos como latas e tampas, produtos de aço de maior valor agregado, em geral produzidos em São Paulo.

A Prefeitura de Volta Redonda tem um projeto de construir um condomínio industrial dedicado à cadeia do aço num terreno que pertence à CSN. A ideia é a empresa alugar ou vender as áreas, a Prefeitura construir a infraestrutura e o governo estadual dar incentivos tributários, segundo o secretário de Desenvolvimento Econômico e Turismo, Jessé de Hollanda Cordeiro Jr.

O efeito cascata se mostra tanto na queda da demanda da indústria por serviços e obras quanto no tombo do consumo das famílias no comércio. A CSN informa que investiu cerca de R\$ 900 milhões em modernização nos últimos cinco anos. No momento, está apenas reformando a área de coqueria e, na quinta-feira, iniciou a reforma do alto-forno parado, que custará R\$ 80 milhões e gerará 800 empregos.

O número parece insuficiente para os trabalhadores que se encontram no Cine 9 de Abril. No Médio Paraíba, foram fechadas 579 vagas na instalação de máquinas e equipamentos industriais, 525 em Volta Redonda.

Siderurgia começa a reconquistar a bolsa

26/07/2016 – Fonte: Inda

Na expectativa de resultados melhores e com maior atratividade a ativos de risco, o setor de siderurgia vive uma nova onda positiva na bolsa no último mês. Os investimentos mais arriscados, em CSN e Usiminas, são exatamente os que mais se beneficiam dessa tendência. No ano, as duas empresas mais a Gerdau ganharam R\$ 16,3 bilhões em valor de mercado.

No acumulado de 2016, as ações da CSN têm ganho de 172%. Os papéis preferenciais da Gerdau sobem 57% e os preferenciais de Usiminas, 82%.

Mas se a alta é expressiva, em comparação histórica ainda é insuficiente para compensar perdas recentes. Nesta década, as três empresas perderam R\$ 57 bilhões em valor de mercado, mesmo considerando a alta de 2016. Se esse movimento positivo mais recente for ignorado, a destruição de valor até o fim de 2015 foi de R\$ 73,3 bilhões.

Porém, os últimos dados mostram melhora na demanda. Em junho, por exemplo, o consumo aparente - que reúne produtos locais e importados - subiu 2,9% ante maio, sua segunda alta mensal consecutiva. As vendas no mercado interno cresceram 8,8% na mesma comparação.

E o desempenho vem sendo mais positivo para as fabricantes de aços planos, como CSN e Usiminas. As vendas desse tipo de produto chegaram a subir 5,5% sobre junho de 2015, enquanto o segmento de longos - dominado pela Gerdau - ainda amargou queda de 5,5%.

"Uma melhora econômica no Brasil afeta mais a CSN e a Usiminas", explica Celson Plácido, analista da XP Investimentos. "A Gerdau tem metade do resultado vindo dos

Estados Unidos e por lá temos mais incertezas, como a candidatura de Donald Trump e até de crescimento econômico."

Em relatório, o BTG Pactual escreve que a confiança no setor começa a aumentar. Apesar de a disparada das ações já ser relevante, o banco se mostrou otimista com a possibilidade de pela primeira vez em anos a expectativa do mercado pelos resultados melhorar.

A previsão de queda na demanda ainda é de 14% em 2016, segundo o Instituto Aço Brasil, e o câmbio pode atrapalhar outra fonte de recuperação: as exportações. Mas pela estimativa do Aço Brasil, o segundo semestre traria consumo de 9,2 milhões de toneladas, 2,2% acima da primeira metade do ano.

Outro ponto que impulsiona a expectativa para as siderúrgicas são os reajustes do segundo trimestre. O J.P. Morgan opina, em relatório, que o mercado brasileiro começa a se equilibrar e o "fundo do poço" pode ter ficado para trás. Mas conquistar rentabilidade, a ameaça de um câmbio mais forte e a China continuam desafios.

O pontapé inicial da temporada de balanços do setor no segundo trimestre será dado pela Usiminas, na quinta-feira. Média de projeções de BTG Pactual, Itaú BBA e Morgan Stanley apontam para receita líquida de R\$ 2,04 bilhões, Ebitda de R\$ 81 milhões e prejuízo de R\$ 297 milhões. A melhora já seria sentida ante o primeiro trimestre, mas na comparação anual é esperada queda em todas as linhas do resultado.

Para a CSN, a receita é estimada em R\$ 4,16 bilhões e o Ebitda, em R\$ 838 milhões. Itaú e Morgan Stanley veem prejuízo perto de R\$ 300 milhões e o BTG, lucro de R\$ 890 milhões. No primeiro trimestre, a CSN teve receita, Ebitda e resultado líquidos piores do que essas previsões. Em comparação anual, também haveria melhora.

No caso de Gerdau, a média das estimativas aponta para uma receita de R\$ 10,27 bilhões, 1,8% a mais de um trimestre para o outro. O Ebitda subiria 15,2% nessa mesma relação, para R\$ 1,07 bilhão, e o lucro seria de R\$ 121 milhões, ante R\$ 14 milhões no primeiro trimestre. Na comparação anual, a expectativa dos bancos é de encolhimento de todas as linhas do resultado.

Cargill pode vender áreas de energia e metais

26/07/2016 – Fonte: Inda

A Cargill Inc., gigante americana das commodities, está cogitando vender suas unidades de negociação de ativos de metais e energia num momento em que reformula suas operações para ampliar o foco nos setores de agricultura e alimentos, dizem pessoas a par do plano.

A empresa, a maior companhia de capital fechado dos Estados Unidos por vendas, vem enxugando seu vasto império para se concentrar em produtos mais lucrativos e acompanhar as mudanças nos gostos do consumidor. A venda das divisões seria parte dessa revisão estratégica, diz uma fonte, alertando que o negócio pode não se concretizar.

A Cargill é um participante importante na negociação de energia e metais, com operações nos mercados de energia elétrica, gás natural, petróleo e derivados, aço e minério de ferro. Ela negocia por ano cerca de 40 milhões de toneladas de minério de ferro e cinco milhões de toneladas de aço, juntamente com 200 milhões de toneladas de derivados de minério e de aço, segundo o site da empresa.